



**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA N° 001/2025**

**REFERENTE AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (retificado) N° 01/2025 e-DOC: [821B952D](#) PROCESSO ADMINISTRATIVO N° [00600-00023532/2025-11](#)**

**ÁREA REQUISITANTE:** Divisão de Controle Patrimonial e Almoxarifado - DCPA/GAD/DAF/CMPV

**1** - O presente Estudo Técnico Preliminar, caracteriza o planejamento para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (Açúcar, café, achocolatado e outros), através do Sistema de Registro de Preços, para atender satisfatoriamente, as necessidades desta Câmara Municipal de Porto Velho.

**2 - DIRETRIZES GERAIS**

**2.1** - Fundamentação Legal e Legislação Aplicável da contratação:

**2.1.1** - DECRETO N° 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, este Decreto regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**2.1.1** - Instrução Normativa SEGES/ME n° 65, de 7 de julho de 2021

**2.2.2** - Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei de Licitações.

**2.2.3** - Resolução da Mesa Diretora N°. 02, de 17 de janeiro de 2024, essa Resolução regulamenta a Lei supramencionada, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e demais órgão Públicos.

**2.3.4** - Nos casos omissos toda Legislação Federal pertinente.

**3 - DO OBJETO E DOS OBJETIVOS**

**3.1 - DO OBJETO**

**3.1.1** - Constitui objeto deste Termo de Referência a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (Açúcar, café, achocolatado e outros), tendo em vista a necessidade de reposição do estoque desta Câmara Municipal de Porto Velho - CMPV para atender a demanda do corrente exercício.

**3.2 - DOS OBJETIVOS**



**3.2.1** - Dar continuidade ao andamento das rotinas administrativas dos setores, bem como em relação ao atendimento de usuários e demais visitantes (autoridades, visitantes, comunidade empresarial e outros).

### 3.3 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Açúcar cristal branco puro e natural, embalados em pacotes de dois quilos, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	500
02	Achocolatado em pó, instantâneo, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite, aroma natural de chocolate, sem corantes artificiais, sem glúten. Pacote com 400 gramas. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 11 meses a partir da data de entrega.	PCT	100
03	Café em pó torrado e moído, empacotado a vácuo, pacote de 500g com selo de pureza abic. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 11 meses a partir da data da entrega.	PCT	600
04	Biscoito salgado, tipo "cream cracker", embalado em saco plástico, pacote de 400gr. (3x1). Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	100
05	Biscoito doce - tipo maisena. Embalado em saco plástico, pacote com 400g. (3x1). Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	100
06	Leite uht integral ultra pasteurizado, em embalagem asséptica que garanta todas as qualidades nutritivas e naturais do leite, em	LT	180



	embalagem com 01 litro. Com validade não inferior a 04 meses da data da entrega		
07	Polpa de fruta, natural sabor goiaba, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
08	Polpa de fruta, natural sabor maracujá, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
09	Polpa de fruta, natural sabor cupuaçu, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
10	Polpa de fruta, natural sabor cajú, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
11	Polpa de fruta, natural sabor cajá, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da	PCT	100



	agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.		
12	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA DE 180 ml, Aplicação: Servir bebidas quentes ou frias para consumo imediato. - Descrição: Fabricação em material biodegradável atóxico de primeira qualidade e sem uso. Os copos devem ser homogêneos, não parafinados, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. Não devem apresentar sujidade, interna ou externamente. Durante a utilização devem suportar as condições de uso a que se destinam, como temperatura e umidade, sem apresentar vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, bem como estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 14865/2002 vigentes sobre o produto. Capacidade Volumétrica: 180 - Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem. Acondicionamento: Pacote	CX	100
13	COPO DESCARTÁVEL 50ML confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida. Os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. a embalagem deverá conter externamente os dados de	CX	60



	identificação, procedência e quantidade. deverão atender as condições da NBR 14.865 e NBR 13.230 as ABNT. Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem. Acondicionamento: Pacote		
--	---	--	--

#### 4 - DA GARANTIA DO OBJETO

**4.1** - A garantia consiste na prestação pela CONTRATADA, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

**4.2** - A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

**4.3** - De acordo com o artigo 26 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) caso constatado algum vício ou quaisquer outras irregularidades nos materiais fornecidos, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas/sanadas em até 30 (trinta) dias de acordo com o artigo 18, parágrafo I, da mesma Lei.

**4.4** - Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

**4.5** - Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

#### 5 - JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

##### 5.1 - JUSTIFICATIVA

**5.1.1** - A Câmara Municipal de Porto Velho, órgão primário do legislativo municipal, têm seu funcionamento pautado no atendimento às questões do cidadão residente em Porto Velho; desta forma, é natural que dentre suas atividades encontre-se o atendimento ao público, que especialmente comparece durante as sessões parlamentares. Visando a qualidade na recepção a esse público, faz se a necessidade do oferecimento de sucos, chás, bolachas, café, dentre outros, afinal, é importante dar à cidadania não somente transparência e participação nos atos políticos, mas também é salutar dar a sensação de acolhimento no ambiente



## 5.2 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**5.2.1** - A aquisição do objeto deste termo de referência será realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP conforme a Lei nº 14.133/21, a qual exige que a Administração Pública seja pautada por uma gestão planejada, organizada e eficiente, pelo que suas aquisições devem considerar o equivalente ao período anual, tudo em respeito ao princípio da anualidade orçamentária, bem como em virtude da celeridade processual e da demanda a ser adquirida, tendo em vista que, um processo licitatório se tornaria oneroso e moroso para a instituição, uma vez que há a necessidade de reposição e manutenção do estoque do Almoxarifado da CMPV com os itens objeto desta futura aquisição.

**5.2.2** - Em relação à presente solicitação, o quantitativo estimado foi baseado no Documento de Formalização Demanda - e-DOC: [27B30DB6](#).

**5.2.3** - Nesse sentido justifica-se a necessidade da aquisição objetivando o reabastecimento do estoque desta CMPV em detrimento do interesse público.

## 6 - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

**6.1** - Consta nos autos Estudo Técnico Preliminar e-DOC: [821B952D](#).

## 7 - DA CLASSIFICAÇÃO DO ITEM

**7.1** - Os itens que integram o objeto deste Termo de Referência tratam-se de BENS COMUNS, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021, qual seja, bens "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

## 8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**8.1** - O recurso para cobrir as despesas decorrentes da aquisição do objeto, correrá por conta do orçamento da CMPV, para o exercício de 2025, conforme emissão da previsão de Reserva de Saldo Orçamentário que deverá, posteriormente, ser juntado aos autos, para inclusão no Instrumento administrativo legal.

**8.2** - As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas a dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados à CMPV pela Lei Orçamentária Anual LOA. Projetos Atividade: Administração da Unidade - 01.01.01.122.010.2.001 Elemento de Despesa: Material de Consumo - 3.3.90.30

## 9 - DA ENTREGA, DO PRAZO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS



## **9.1 – DA ENTREGA:**

**9.1.1** – Os objetos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Belém nº 139; Bairro: Embratel, na cidade de Porto Velho – RO, no horário das 08h00 às 13h30 minutos, mediante agendamento.

## **9.2 – DO PRAZO**

**9.2.1** – O prazo para entrega dos materiais é de até 10 (dias) dias corridos, a partir do recebimento da nota de empenho.

**9.2.2** – Considerando que os objetos solicitados são de entrega imediata, devendo ser entregues em uma única parcela, deverá se considerar para fins de vigência contratual a Nota de Empenho, conforme estabelecido no artigo 95 da Lei 14.133/2021.

## **10 – DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

**10.1** – O objeto deste Termo será recebido por comissão portariada para este fim, em conformidade com o que rege Art. 140, inciso II, letras “a” e “b”, da Lei 14.133/21.

**10.2 – A CONTRATADA** deverá entregar os materiais de acordo com o prazo estipulado neste Termo de Referência e o recebimento do material será:

**10.2.1** – Provisório: no ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações em até 05 (cinco) dias;

**10.2.2** – Definitivo: após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação em até 5 (cinco) dias.

**10.3** – Constatado que o objeto recebido não está em conformidade com este Termo de Referência/homologado, a comissão de recebimento comunicará a Contratada expondo as razões da recusa e notificando a, a efetuar o fornecimento do objeto homologado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, sem qualquer ônus a Contratante;

**10.4** – Decorrido o prazo estipulado da notificação, sem a devida substituição do recusado, em ato continuo será dado ciência ao gestor da pasta, visando, sobre tudo a instauração de Processo Administrativo para a aplicação das sanções e penalidades face à adjudicatária, nos termos do Termo de Referência, subsidiariamente à Lei 14.133/21.

## **11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1** – O pagamento, decorrente da entrega dos materiais objetos deste Projeto Básico / Termo de Referência de cada solicitação/requisição, será efetuado





no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, combinado com o art. 140 da Lei nº 14.133/21.

**11.2** - Em conformidade com o Decreto nº 27.546, de 20 de outubro de 2022 - Nova Retenção de IRRF e a IN nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.

**11.3** - Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue para pagamento.

**11.4** - Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**11.5** - Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**11.6** - Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

**11.7** - Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**11.8** - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

**11.9** - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**11.10** - O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

**11.11** - Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:  $I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$ , onde: I = Índice de atualização financeira; X = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.





**11.12** - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**11.13** - A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

**11.14** - O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

**11.15** - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**11.16** - Diante da conferência, a Nota Fiscal deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto no artigo 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.17** - Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

**11.18** - Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento. **11.19** - É condição para o pagamento do valor constante da nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto à Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

## **12 - DA ESTIMATIVA DE VALORES**

**12.1** - O valor estimado da contratação é de R\$ R\$ 59.388,70 (Cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), conforme demonstrado no quadro comparativo de preços realizado pela Gerência Administrativa GAD, pelo sistema e-PMPV e-DOC: [821B952D](#).

**12.2** - Os valores estimados no Estudo Técnico Preliminar são ilustrativos para que se tenha uma base de valores. Ressalte-se que a pesquisa para esta base de valores foi realizada através de pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas, que abrange órgãos da administração de todo o Brasil,



podendo divergir com a realidade do mercado local, onde os valores são inclusos fretes, impostos e outros custos.

### **13 - DA REFERÊNCIA DE PREÇOS**

### **14 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**14.1** - As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

**14.1.1** - Os preços unitários por item e o valor global da proposta;

**14.1.2** - Poderá ser acompanhada de folder/prospecto/catálogo do produto ofertado para comprovação das especificações técnicas do objeto;

**14.1.3** - A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

### **15 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**15.1** - O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **16 - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

**16.1** - É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

### **17 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**17.1** - A priori, a CMPV apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade, e os alimentos que serão adquiridos não possuem potencialidade de risco ambiental.

### **18 - DAS PENALIDADE E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a



contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.2.1** - Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.2.2** - A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da referida Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**18.2.3** - A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da referida Lei.

**18.2.4** - A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da referida Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**18.2.5** - A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da referida Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito



da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**18.2.6** - A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

**18.2.7** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

**18.2.8** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**18.2.9** - A aplicação das sanções previstas no caput do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**18.3** - Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.4** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão com posta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**18.4.1** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**18.4.2** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**18.5** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da



infração pela Administração, e será: I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo; II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**18.6** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**18.7** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**18.8** - Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**18.9** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

**18.9.1** - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

## **19 - DA HABILITAÇÃO**

**19.1** - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICA-FINANCEIRA, FISCAL E TRIBUTARISTA

**19.1.1** - HABILITAÇÃO JURÍDICA  
**19.1.1.1** - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**19.1.1.2** - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio



<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

**19.1.1.3** - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**19.1.1.4** - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**19.1.1.5** - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**19.1.1.6** - No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012;

**19.1.1.7** - No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

**19.1.1.8** - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**19.1.1.9** - Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

**19.1.1.10** - Prova de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica nos órgãos de registro competente.

**19.1.1.11** - Documentos Pessoais do Representante, no caso de Pessoa Jurídica.

**19.1.1.12** - Prova de Inscrição no CPF ou CNPJ.

**19.1.1.13** - Inexistência de proibição de contratar com a administração - Certidão Negativa da Controladoria Geral do Estado (CAGE FIMP-CGE).

## **19.1.2 - HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

**19.1.2.1** - Certidão Negativa de Recuperação Judicial - Lei nº 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.





**19.1.2.2** - Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, será verificado pela JUCER se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

**19.1.2.3** - Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

**19.1.2.4** - Balanço Patrimonial referente ao último exercício social ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano que comprovem a boa situação financeira da em presa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

### **19.1.3 - DA REGULARIDADE FISCAL**

**19.1.3.1** - Certidão de Regularidade de Débitos relativa às Contribuições Sociais e com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**19.1.3.2** - Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Esta dual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**19.1.3.3** - Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**19.1.3.4** - Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### **19.1.4 - DA REGULARIDADE TRABALHISTA**

**19.1.4.1** - Certidão de Regularidade de Débito - CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**19.1.4.2** - Declaração de Inexistência de Empregados Menores de 18 anos, salvo da condição de menor aprendiz, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

## **20 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**





**20.1** - Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica: fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o fornecimento dos itens objeto desta contratação, devendo constar ainda, se o fornecedor está cumprindo ou tenha cumprido o atendimento de modo satisfatório.

**20.2** - Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório.

**20.3** - Por compatível em prazos, entende-se a comprovação do fornecimento dos itens em períodos e prazos equivalentes.

**20.4** - Junto aos atestados deverá ser informado o número do Contrato de prestação de serviços.

**20.5** - Se o Contrato foi assinado com pessoa jurídica de direito público é necessária identificação do órgão Contratante e o número/ano da licitação.

**20.6** - Os atestados de capacidade técnico-operacionais deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária, especificadas em seu Contrato social vigente.

**20.7** - O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando para fins de diligência, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

## **21 - DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

**21.1** - Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de em presas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

**21.2** - Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

## **22 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**22.1** - Além daqueles exigidos em Lei, a(s) empresa(s) detentora(s) do certame deverá(ão):



**22.1.1** - Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos especificados neste Termo de Referência;

**22.1.2** - Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;

**22.1.3** - Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado;

**22.1.4** - Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;

**22.1.5** - Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação;

**22.1.6** - Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

**22.1.7** - Responsabilizarem-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

**22.1.8** - Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;

**22.1.9** - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

**22.1.10** - Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na execução dos serviços.

## **23 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**23.1** - Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, verificando se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Termo de Referência; **23.2** - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações;



**23.3** - Providenciar o pagamento das faturas aprovadas do fornecimento dos materiais, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste termo, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Ordenador de Despesas;

**23.4** - Efetuar o pagamento/cobrança de multas aplicadas, nos termos deste Termo de Referência, no mês seguinte ao de sua ocorrência e na mesma data de vencimento da fatura mensal, salvo no caso de atraso justificado;

**23.5** - Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às de pendências do contratante para tratar de assuntos pertinentes ao objeto contratado;

**23.6** - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com o contrato;

**23.7** - Conferir, receber e atestar, por intermédio dos funcionários previamente indicados, documentos apresentados pela Contratada para a execução do objeto; **23.8** - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

**23.9** - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

## **24 – DOS CASOS OMISSOS**

**24.1** - As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

## **25 – DO FORO**

**25.1** - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Velho-RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento. Porto Velho, 15 de maio de 2025.

Responsável pela Elaboração:

Gabriella Storer  
Decreto Nº 428/CMPV-2025

Revisado por:

Andressa Marques Monte  
Decreto nº 238/2025-CMPV



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
Divisão de Compras e Instrução Processual - DCIP/CMPV  
E-mail: [compras@portovelho.ro.leg.br](mailto:compras@portovelho.ro.leg.br)

e-DOC 17289BA5  
Proc 00600-00023532/2025-11-e

AUTORIZO A DESPESA, com base na Lei n.º 14.133/21 e Regimento Interno desta CMPV: Gedeão Negreiros Vereador Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho - CMPV



Assinado por **Gabriella Storer** - - Em: 27/05/2025, 19:24:38



Assinado por **Andressa Marques Monte** - Gerente Administrativa - Em: 27/05/2025, 18:48:53